

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-10-06

Registo

PT/BP/IGCS-BIP - Banco Industrial Português

Nível de descrição	SF
Código de referência	PT/BP/IGCS-BIP
Código de referência Nyron	IGCS/BIP
Título	Banco Industrial Português
Datas de produção	1918-08-07 - 1953-03-06
Dimensão e suporte	1 Livro e 1 Caixa ; Papel
Entidade detentora	Banco de Portugal
História administrativa/biográfica/familiar	<p>Pelo Decreto nº 4782, de 06 de setembro de 1918, é autorizada a constituição do Banco Industrial Português, como sociedade anónima de responsabilidade limitada. A escritura de constituição de sociedade foi celebrada em 14 de fevereiro de 1920, nas notas do Notário Dr. Noronha Galvão, tendo o banco iniciado operações em março desse ano, com um capital de 5.000 contos, elevado em março de 1923 para o dobro.</p> <p>Com a sede estabelecida na Rua Augusta, em Lisboa, cedo procurou expandir-se e reforçar a sua atividade constituindo filiais no Porto, Coimbra, Santarém, Viana do Castelo, Ponta Delgada, Faro e Caldas da Rainha. Embora não se possa falar ainda de um banco especializado, era uma entidade essencialmente vocacionada para o setor industrial e comercial, fomentando a indústria, criando novas empresas e auxiliando as existentes. Neste âmbito, o banco detinha a maioria do capital da Fábrica "Alfange", de Santarém, depois transformada em Empresa Industrial do Alfange, financiava a Companhia da Fábrica Cerâmica Lusitânia, a empresa de pesca Estrela de Portugal, a Companhia Industrial de Resinas e Produtos Químicos, a Empresa Vinícola do Alto Minho, Lda., a Empresa Mecânica de Palitos, Lda., em Coimbra, entre outras de menor expressividade.</p> <p>No relatório de 1923 foram dados a conhecer algumas dificuldades no andamento da sua atividade, reafirmadas no ano seguinte, com a continuidade de prejuízos avultados. A somar à crise interna que começava a fazer-se sentir na indústria e comércio da época, a gestão pouco rigorosa do banco no decurso da sua existência ditou que, em 10 de fevereiro de 1925, o Banco Industrial Português suspendesse pagamentos. Da auditoria e fiscalização realizadas às contas da instituição e publicadas no Diário de Governo nº 266, de 11 de novembro de 1925, resultam incoerências e erros detetados, falsidades nas contas apresentadas e fraudes que escamoteavam a real situação do banco, que no fim do exercício de 1924 era de comprovado estado de falência, com o capital dos acionistas completamente perdido.</p> <p>A falência foi requerida por um grupo de credores, tendo sido declarada por sentença de 05 de novembro de 1925. O processo de falência correu pelo cartório do escrivão Lisboa (antigamente Gomes da Silva), na 2ª Vara, 1º Ofício.</p> <p>Posteriormente, foi requerida uma concordata, que foi homologada por sentença de 18 de maio de 1931. Esta concordata consistia no pagamento de 30% dos créditos, em 3 anos, da seguinte forma: 1º ano, 20%; 2º ano, 30%; 3º ano, 50%. Em 18 de outubro de 1933, estando já pagos alguns credores da 1ª e da 2ª prestação, foi publicada a Portaria de 17 de outubro de 1933, que mandou liquidar o banco e nomear Comissário do Governo, Eurico José de Loureiro e Amaral, com o fundamento do banco não ter cumprido a concordata homologada pelo Tribunal do Comércio de Lisboa.</p> <p>O processo de liquidação arrasta-se até 11 de junho de 1938, sendo o remanescente da liquidação entregue, em 17 de maio de 1949, à Associação Protetora de Diabéticos Pobres.</p>
Sistema de organização	Alfabético e cronológico
Existência e localização de cópias	Nenhuma
Unidades de descrição relacionadas	BIP - Banco Industrial Português